

CENTRALIDADES URBANAS EM TERRITÓRIOS RURAIS: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM PARA OS ESTADOS DO CEARÁ E PERNAMBUCO

JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO¹
MANOEL PEDRO DA COSTA JÚNIOR²

Resumo

Com a emergência teórico-conceitual da territorialidade no tratamento político e acadêmico das questões ligadas ao desenvolvimento rural, ganha relevo o papel das centralidades urbanas nos territórios rurais. Este artigo foi construído no objetivo de verificar a configuração de tais centralidades no interior dos Territórios Rurais de Pernambuco e do Ceará, no interior nordestino, e como os níveis de renda em tais territórios se diferenciam de acordo as diferentes configurações em termos de tamanho da população dos centros urbanos. Tais Territórios Rurais são ordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com o uso de dados do sistema de informações territoriais desse programa governamental, puderam-se agrupar os municípios conforme os critérios exigidos pela pesquisa e analisá-los. Os resultados indicam a pertinência dos efeitos positivos de centralidades urbanas maiores e revelam uma série de itens para os quais se sugerem aprofundamentos posteriores.

Palavras-Chave: Territórios Rurais; Desenvolvimento Regional; Centralidades Urbanas; Pernambuco; Ceará.

Abstract

With the theoretical-conceptual emergency of the territoriality in the political and academic treatment of the questions related to rural development, the urban centerships are highlighted in the rural territories. This article was constructed with the objective of verifying the configuration of such centerships in the countryside of the Rural Territories of Pernambuco and Ceará states, in the northeastern countryside, and as the level of incomes in such territories have some disagreements according to the different configurations in terms of

size of the population of the urban centers. These Rural Territories are ruled by the Territorial Development Secretary of the Agricultural Development Ministry. With the use of data from the system of territorial information of this governmental program, it was able to group the cities under agreement to the criteria demanded for this research and analyze them. The results indicate the relevancy of the positive effect of bigger urban centerships and disclose a series of item for which if they suggest forthcoming deepening.

Keywords: Rural Territories; Regional Development; Urban Centerships; Pernambuco; Ceará.

JEL: R12.

¹ Economista, com Especialização em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri – URCA-CE; Professor de Economia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Tecnologias em Gestão Social – NIGS (cordeironneto@gmail.com).

² Economista pela Universidade Regional do Cariri – URCA-CE; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (pedrojunior_noronha@yahoo.com.br)

Introdução

Elemento importante na Economia Regional, a estrutura urbana das regiões e seu papel na difusão espacial do crescimento e desenvolvimento econômicos têm ganhado maior visibilidade nas estratégias de desenvolvimento rural das últimas décadas. A necessidade de dinamizar áreas específicas onde se concentram atividades tradicionais como a agricultura familiar, apesar da força que tem sido creditada ao crescimento das ocupações não-agrícolas, tem levado pesquisadores e formuladores de políticas à concepção de que o sucesso dos programas desenvolvidos nesses espaços está fortemente associado às dinâmicas urbanas com as quais se relacionam. Por tal razão, a noção de território integrando ruralidades e urbanidades tem sido um arcabouço cada vez mais presente nas estratégias de desenvolvimento rural.

No Brasil, tem-se nesse sentido a experiência recente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, cuja própria criação nessa década já diz muito sobre a emergência da temática regional na questão agrária, agrícola e rural. A materialização das ações dessa secretaria no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) tem se apoiado em ações orientadas para grupos de municipalidades. Entendidas e denominadas como Territórios Rurais, essas estruturas, no interior dos quais há a presença de centros urbanos de porte considerável, instiga que se possam contemplar, com diretrizes e projetos adequados, as virtudes que a abordagem regional vê na centralidade urbana.

Neste artigo, que comunica alguns resultados de uma pesquisa mais ampla e ainda em andamento sobre a ruralidade de micro e mesorregiões dos estados do Nordeste Brasileiro, propõe-se tratar da

“ As seções que seguem percorrem o seguinte: primeiro, apresentam-se as características do contexto nordestino julgadas fundamentais para a discussão em tela e como isso está relacionado ao programa de governo associado ao estudo; depois, aborda-se a noção de territorialidade que integra as práticas de tal programa... ”

questão da centralidade urbana na dinamização dos Territórios Rurais de dois estados nordestinos: Pernambuco e Ceará. A opção pelo Nordeste não é casual: além de ser a parte do país mais desafiante às políticas regionais, trata-se de um contexto no qual a rede urbana tem grandes limitações para integrar as áreas polarizadas. Por sua vez, os casos pernambucano e cearense são delicados em virtude da intensidade de problemas sociais e econômicos a que se faz menção no decorrer do trabalho, como a participação na pobreza regional.

Como objetivos dessa abordagem preliminar do objeto de pesquisa, buscou-se: a) identificar os municípios que compõem a centralidade urbana de cada um dos Territórios Rurais daqueles dois estados e classificá-los quanto ao porte em termos de população residente; b) comparar os níveis de renda nos territórios de acordo com

a presença e o porte de seus núcleos urbanos. Isso permitiu obter indicativos dos diferenciais de cada território quanto à dinamização de suas respectivas áreas circunvizinhas.

No que diz respeito à metodologia, empregaram-se dados secundários disponibilizados no Sistema de Informações Territoriais do MDA (SIT, 2010), tabulados e analisados conforme os objetivos descritos acima.

As seções que seguem percorrem o seguinte: primeiro, apresentam-se as características do contexto nordestino julgadas fundamentais para a discussão em tela e como isso está relacionado ao programa de governo associado ao estudo; depois, aborda-se a noção de territorialidade que integra as práticas de tal programa à questão regional; em uma terceira seção, fazem-se referências teórico-conceituais ao lugar da estrutura urbano-regional nas propostas de desenvolvimento territorial rural; a próxima seção volta-se para os dois casos enfatizados, o pernambucano e o cearense, sendo aí os dados sobre seus Territórios Rurais organizados e comentados; a última seção sintetiza as principais considerações advindas da investigação e aponta desdobramentos necessários ao maior entendimento das relações verificadas entre as variáveis trabalhadas.

Contexto socioeconômico nordestino e atuação da SDT/MDA

A região Nordeste é a que apresenta o maior número de agricultores familiares no Brasil, representados por 2.055.157 estabelecimentos (88,3% do total de estabelecimentos rurais nordestinos), os quais ocupam 43,5% da área regional, produzem 43% de todo o Valor Bruto da Produção da região e ficam com apenas 26,8% do valor dos financiamentos agrícolas regionais (INCRA/FAO, 2000, p. 17).

Tabela 01: Número de estabelecimentos da agricultura familiar e área ocupada segundo as regiões brasileiras

Região	Total de estabelecimentos familiares	% estabelecimentos familiares/total	Área Total (Em ha)	% Áreas/total
Nordeste	2.055.157	88,30	34.043.218	43,50
Centro-Oeste	162.062	66,80	13.691.311	12,60
Norte	380.895	85,40	21.860.960	37,50
Sudeste	633.620	90,50	18.744.730	29,20
Sul	907.635	90,05	19.428.230	43,80
Brasil	4.139.369	85,20	107.768.450	30,50

Fonte: INCRA/FAO (2000).

Agricultores familiares compõem parte importante do que o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, brasileiro, criou em 1999, tem definido como demanda social para as suas ações:

Demanda social representa a incidência de população rural caracterizada como agricultores familiares, comunidades indígenas e quilombolas, pescadores e extrativistas artesanais, famílias assentadas pela reforma agrária ou grupos de trabalhadores rurais que postulam acesso à terra, mobilizados ou não (SDT/MDA, 2005).

Desse modo, o Nordeste se constituiu como espaço regional de grande demanda social para o MDA. Primeiramente em termos quantitativos, como colocado acima e, também, em termos qualitativos, o que, nesse último caso, pode ser ilustrado pelos dados que seguem. Simultaneamente à expressividade quantitativa da agricultura familiar, o Nordeste também se destaca, dessa vez negativamente, quanto às condições de vida da população. Ao estudar a evolução da pobreza nordestina nas três décadas compreendidas entre 1970 e 1999, Rocha (2003) observa que nesse período, na região

[...] não só o número de pobres sempre foi mais elevado [...] do que no restante do país, como os pobres nordestinos foram mais intensamente pobres, no sentido de que sua renda média se distanci-

ava mais dos valores de referência adotados como linhas de pobreza (ROCHA, 2003, p. 76).

Essa situação implica, no âmbito da atuação do MDA, uma forte carência, especificamente em termos do que essa instituição tem denominado por “promoção do desenvolvimento sustentável de territórios rurais” (SDT/MDA, 2005a), uma vez que “chama a atenção o forte crescimento da participação do Nordeste na pobreza rural brasileira, que passa de 45,8% em 1970 para 68,17% em 1999” (ROCHA, 2003, p. 12) (Tabela 2). Semelhantemente, Kageyama e Hoffmann (2000) indicam que determinados estudos apontam para o fato de que

a região específica em que está localizado um dado domicílio rural no Brasil tem grande influência sobre as condições de vida no mesmo. Esse fator seria bastante desfavorável para as famílias nordestinas. Numa análise, referida pelos autores, das relações entre pobreza e diversas características domiciliares brasileiras,

o efeito mais ‘dramático’ [...] sobre a probabilidade de ser pobre foi a localização regional: saindo da região usada como base, a metropolitana de São Paulo, qualquer outra localização, sobretudo no Nordeste, aumenta a probabilidade de pobreza, controlados os demais fatores (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2000, p. 154).

A elevação das condições nas quais vivem as populações rurais é o principal propósito, oficialmente definido, na perspectiva da área integrada de atuação do MDA trabalhada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Criada em 2003, essa secretaria propõe e realiza estratégias de superação de tais condições a partir de um paradigma de desenvolvimento rural relativamente recente: a abordagem territorial.

Tabela 02: Proporção de pobres (%) – 1970-1999 – Nordeste e Brasil por Estratos

Brasil, NE/Estratos	1970	1980	1990	1999
Brasil	68,36	35,33	30,25	21,11
Nordeste	86,75	59,39	45,83	29,44
Part. NE no BR	38,54	49,17	45,04	40,23
Brasil Metrop.	53,24	27,16	28,86	23,72
Nordeste Metrop.	76,04	51,78	43,41	32,85
Part. NE no BR	22,16	29,51	25,99	24,52
Brasil Urbano	65,26	32,71	26,85	18,97
Nordeste Urbano	84,54	59,07	43,73	28,54
Part. NE no BR	36,32	47,71	44,20	39,50
Brasil Rural	78,65	45,59	39,26	22,63
Nordeste Rural	90,06	61,94	49,20	28,80
Part. NE no BR	45,80	60,66	65,33	68,17

Fonte: Rocha (2003).

A ideia é a de unir os municípios em um projeto de desenvolvimento territorial por meio da formação de novos arranjos intermunicipais, pois, para os formuladores dessa estratégia, a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento, enquanto a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com esse tipo de iniciativa (ORTEGA, 2008, p. 161).

A partir de referências conceituais e teóricas como território, abordagem territorial, capital social, gestão social, empoderamento e institucionalidades (SDT/MDA 2005a), bem como de ordenamento e desenvolvimento, território rural e microrregião rural (SDT/MDA2005b), a SDT tem coordenado a criação de consórcios intermunicipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: os Territórios Rurais. Nesse processo, a seleção e priorização dos territórios envolvem parâmetros específicos, dentre eles: “a priorização de parâmetros que materializam o foco de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário: concentração de agricultores familiares; concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária; concentração de famílias de trabalhadores rurais sem terra, mobilizados ou não” (SDT/MDA, 2005a, p. 16-17). De acordo com a SDT/MDA (2005b, p. 28), “as microrregiões rurais indicam, preliminarmente, de quais regiões deverão se revelar os territórios rurais a serem trabalhados prioritariamente, uma vez que a disponibilidade de recursos não permite uma dispersão muito ampla das ações”.

Dados do sistema de informações territoriais do MDA revela que o Brasil conta atualmente com 164 Territórios Rurais consolidados pela estratégia da SDT, dos quais 68 estão localizados no Nordeste, o que representa 42% do total. Res-

salte-se que nos 164 Territórios Rurais Brasileiros encontram-se conjugados 2500 municípios (SIT, 2010), já que cada unidade territorial congrega grupos de municipalidades, nos quais a SDT se coloca com a missão de “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas [...] que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural” (SDT/MDA, 2005a, p. 7). Esses territórios são definidos através de uma categorização que qualifica a microrregião como rural desde que ela apresente “densidade demográfica menor que 80 habitantes/km² e população média por município de até 50 mil habitantes” (SDT/MDA, 2005a, p.16). Partindo desses quesitos, “sempre que uma microrregião atinge índices que a categorizam como ‘rural’, nessa categoria se incluem todos os municípios que compõem a microrregião considerada” (SDT/MDA, 2005b, p. 28).

A noção de territorialidade na SDT

Obviamente, esses territórios incluem “núcleos urbanos”, como são definidas oficialmente as sedes dos municípios. Porém, a aplicação da abordagem territorial permite romper com “velhos mitos”, como a de que o rural é sinônimo de agrícola ou da necessidade de uma visão dicotômica rural-urbana (GRAZIANO DA SILVA, 2002). Além disso, esse tratamento das unidades de atendimento inspira-se em diversas pesquisas que apontam a necessidade de rever a institucionalidade presente nas políticas de desenvolvimento rural, donde se destacam os trabalhos de José Eli da Veiga, para quem “é absolutamente necessária alguma forma de articulação microrregional dos municípios rurais, que inclua seu eventual centro urbano e seus municípios intermediários, para que possa haver diagnóstico, planejamento, divisão do

trabalho e capacidade operacional” (VEIGA, 2003, p. 48). Essa forma de conceber o território possibilita a sinergia entre as iniciativas intermunicipais ao invés de uma pulverização de recursos em estratégias municipalistas (ORTEGA, 2008). Esse modo de conceber a questão vai no sentido da “procura das relações entre as regiões rurais (que não podem ser definidas como as que se encontram em campo aberto, fora dos limites das cidades) e as cidades de que dependem” (ABRAMOVAY, 2000, p. 3).

Na perspectiva do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, as referências conceituais empregadas na sua elaboração conduziram à formulação de diretrizes expressas em SDT/MDA (2005a, p. 12-13). Essas diretrizes são oriundas de referências que partem das concepções de território, capital social, gestão social, empoderamento e institucionalidades. Abaixo procura-se precisar principalmente a noção de território, a fim de evidenciar que o embasamento advindo do seu uso deve despertar para algumas questões-chave, que ao mesmo tempo em que demonstram a pertinência da utilização desse referencial nas estratégias de desenvolvimento rural, também revelam pontos nevrálgicos a serem enfrentados no processo.

A concepção de território empregada é a apresentada por Abramovay (2000b, p. 385-386), como sendo a representação de

uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades” [e resultantes] “de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir”. Ao seu turno, a noção de capital social se refere a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumen-

tar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM apud ABRAMOVAY, 2000b, p. 380).

Ao discorrer sobre esse tema, Abramovay (2000b) considera que o papel desse tipo de recurso na dinamização socioeconômica está na capacidade de coordenação entre os atores, gerada pela qualidade e diversidade das instituições, mediante a emergência de um clima de confiança que permite um nível satisfatório de previsibilidade entre os agentes.

Nesse sentido, é que é possível falar em **Contratos Territoriais de Desenvolvimento**, acordos explícitos ou tácitos que reúnem diversos agentes locais e mesmo os distintos municípios. Contudo, não se pode imaginar que os consensos em torno desses acordos presumam o mesmo nível de adesão e participação por parte de todos os seus componentes, nem o mesmo nível de sucesso em todos os casos. É preciso considerar que *“algunos actores están más habilitados socialmente para obtener la cooperación de los otros, para maniobrar em torno a actores poderosos y saber como construir coaliciones políticas en la vida”* (FLIGSTEIN apud ABRAMOVAY, 2006, p. 61). Estes seriam os traços básicos do que se denominaria por habilidade social: a *“habilidad social (social skill) es la capacidad de inducir, de obtener la cooperación ajena. Es en base a esta capacidad como se construyen órdenes locales que serán decisivos para el funcionamiento de las organizaciones y, en particular, de los mercados”* (ABRAMOVAY, 2006, p. 61).

Essas observações estão presentes nos estudos de Ortega (2008), quando coloca que não se pode subestimar a importância dos conflitos inter e intra-classes no processo de construção de pactos territoriais de desenvolvimento rural, destacando o poder que as oligarquias desses espaços ainda detêm para orientar os processos locais a seu favor. Assim, não se pode cair no que Brandão (2007), chama de “pensamento único localista”:

as abordagens da moda têm abandonado a perspectiva crítica da sociedade, retornando ao conceito de comunidade, constituída por atores e agentes, e não classes sociais, que orientariam suas ações pelo compartilhamento dos valores da auto-identidade e do pertencimento a comunas, mais do que por interesses de classe (BRANDÃO, 2007, p. 45).

Tendo em mente as discussões acima referenciadas, compreende-se o ambiente de complexidade em que se processa o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. As heterogeneidades territoriais que se encontram em um país com a formação histórico-cultural que o Brasil tem e sua dimensão continental, levaram a SDT/MDA a formular os resultados a alcançar em cada TR como “quatro áreas de resultado” e não como objetivos específicos que fossem “excessivamente genéricos”. Essas áreas de resultado seriam: a) o fortalecimento da gestão social; b) o fortalecimento das redes sociais de cooperação; c) a dinamização econômica dos territórios rurais; e d) a articulação entre políticas públicas. Como pano de fundo de todos esses aspectos está o caráter da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento desejado. Nesse sentido, Andrade (2001), considera o paradigma da sustentabilidade como requisito de um tratamento mais complexo do planejamento e a realização de estratégias adequadas a essa nova concepção, pois o desenvolvimento passa a ser visto de forma holística, deixando de ser um problema apenas econômico para incorporar as dimensões ambiental, social, cultural e política, além do componente essencialmente econômico. Segundo a autora, essa multiplicidade é fruto do alargamento dos três princípios básicos propostos para o modelo por Ignacy Sachs, a saber: a prudência ecológica, a eficiência econômica e a justiça social.

As dificuldades identificadas na consolidação de Territórios Rurais foram estudadas por Ortega (2008, p. 172-173), que sintetizou as mesmas no seguinte:

- *empecilhos para a realização de uma capacitação com a finalidade de diagnosticar, formular e gerir projetos;*
- *dificuldades políticas para a construção de um pacto territorial (oligarquias locais têm grande capacidade de exclusão), com a minimização dos conflitos políticos locais inerentes a uma sociedade de classes;*
- *a carência de infra-estrutura básica ainda é considerável, particularmente em territórios deprimidos;*
- *a necessária articulação em arranjos horizontais e verticais entre as diferentes instâncias de poder é dificultada por colorações político-partidárias distintas;*
- *o ambiente macroeconômico nem sempre é levado em consideração na hora de elaborar os projetos de desenvolvimento territoriais;*
- *minimização do papel do espaço e das políticas nacionais;*
- *necessidade de levar em consideração a história e a inserção na ordem capitalista;*
- *critérios para seleção de municípios determinada de cima para baixo;*
- *problemas conjunturais de implementação (por exemplo, períodos eleitorais desencontrados entre os níveis municipais e o estadual e federal);*
- *falta de tradição e rivalidades políticas dificultam ações intermunicipais;*
- *é preciso capital social: elevado capital social para a construção de um pacto territorial.*

Em outras partes do texto, Ortega (2008) também aponta dificuldades que se dão por outras razões, como a problemática superação de uma “rígida dicotomia rural-urbana”, que leva muitos planos

territoriais a apresentarem fortemente um “viés agrarista”, ou ainda o difícil rompimento total com orientações tradicionais em muitas políticas públicas, como a “fragmentação, setorialização, competição entre os setores da administração pública, natureza clientelista e assistencialista” (ORTEGA, 2008, p. 168).

Diante desses problemas, como imaginar a superação dos entraves ao desenvolvimento pela abordagem da territorialidade? Certamente, a resposta não está em dizer às sociedades territoriais deprimidas que “esperem que o trem da história passe por ali e os reterritorialize” (ORTEGA, 2008, p. 219). Isso implica entender o caráter acrítico de uma “endogenia exagerada”, como alerta Carlos Brandão (2007a, p. 38):

Essa ‘endogenia exagerada’ das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado (grifo do autor).

Em outro momento, o autor afirma: “Se tudo depende da virtuosidade microeconômica, há pouco ou nenhum papel para os fatores ‘exógenos’ e ‘macroeconômicos’. Câmbio, juros, fisco, relação salarial, questões monetárias, financeiras etc. parecem ‘questões fora do lugar’” (BRANDÃO, 2007a, p. 47).

Tendo em vista essa questão, a análise de Ortega (2008) a respeito do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais é de que ele representa grande avanço das políticas públicas brasileiras, sobretudo em relação às práticas predominantes na década de 1990. Naquela década, a perspectiva predominante do desenvolvimento local tinha a pretensão de restringir o papel do governo fede-

ral, embalada pelo desejo de descentralização e pelo consenso neoliberal com vistas a capitanear os esforços do Estado para a estabilização macroeconômica e a geração de superávits primários. Para o economista, o programa em questão, o PDSTR, demonstra a preocupação com a articulação de ações em dois níveis: de cima para baixo (*top-down*) e de baixo para cima (*bottom-up*), o que compreende a relativização da crença na capacidade de geração de desenvolvimento autônomo e endógeno por parte dos territórios rurais deprimidos. Para ele, é fato que:

as políticas descentralizadoras demandam uma forte atuação intervencionista do governo central, não somente em função de sua capacidade superior em financiar a infra-estrutura básica de desenvolvimento local, como, também, de exercer o seu poder junto aos fortes grupos políticos locais que podem fazer valer seus poderes para uma distribuição assimétrica dos investimentos governamentais (ORTEGA, 2008, p. 32).

O lugar do urbano no Desenvolvimento Territorial Rural: alguns aportes teórico-conceituais

Cabe aqui fazer referência a um dos problemas inerentes à dinamização de espaços rurais. Dado o declínio das rendas agrícolas da população rural e o ganho de importância que as denominadas Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA’s) assumiram a partir da última década do século passado (GRAZIANO DA SILVA, 2002), cada vez mais se associa o desenvolvimento rural à parte da atividade não-agrícola. Todavia, Graziano da Silva (2002) coloca que esse pode ser um novo mito sobre a

questão, a de que as ORNA’s possam ser a solução para o desemprego e o motor de desenvolvimento nas regiões atrasadas. O autor demonstra que tais ocupações não estão livremente acessíveis às famílias que viram deteriorar o rendimento advindo da agropecuária, visto que os atributos pessoais exigidos nos segmentos não-agrícolas lhes são geralmente ausentes, além do fato de que nesses últimos, muitos trabalhos são precários e de baixa qualificação. Porém, o caráter mais importante sobre a dinamização problemática do mundo rural nas regiões atrasadas e de “rede urbana de pequena dimensão”, diz respeito ao fato de que “as ORNA’s têm maior dinamismo justamente naquelas áreas rurais que têm uma agricultura desenvolvida e/ou estão mais próximas de grandes concentrações urbanas. Ou seja, nas regiões mais atrasadas, não há nem emprego agrícola e muito menos ocupações não-agrícolas” (GRA-ZIANO DA SILVA, 2002, p. 426-427).

É esclarecedora a afirmação de Alencar (2005, p. 301), de que a própria onda que se assiste atualmente, de (re)valorização de atributos rurais emerge das “ordenações que vêm da cidade”, movidas entre “entusiasmo pelo progresso urbano industrial (o processo moderniza-dor) e nostalgia do agroindustrial (as imagens da natureza) [...]”³. Não há como fugir, então, da constatação de que os centros urbanos são promotores do fenômeno da ruralidade, que emerge com características próprias de um processo histórico contemporâneo e conforme Veiga (2006) faz com que se assista ao “nascimento de outra ruralidade”, longe de um “completo triunfo da urbanidade” ou, noutro extremo, de um “renascimento rural”. Abramovay (2000), por sua vez, indica que esse

³ Para Veiga (2006, p. 335), “a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade de vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia”.

é exatamente um dos pontos de convergência sobre o meio rural na literatura internacional, isto é, um relativo consenso a respeito da dependência do sistema urbano:

o bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso está ligado e depende da atividade econômica das áreas mais densamente povoadas. Não é uma coincidência que as áreas rurais mais prósperas tenham estreitos laços econômicos com outras partes do mundo e com grandes centros urbanos (CASTLE *apud* ABRAMOVAY, 2000, p. 13).

Independentemente de como seja abordada a influência dos espaços urbanos no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, essa relação é entendida como central. É nesse sentido que Storper e Venables (2005, p. 21) iniciam seu texto afirmando: “Um dos fatos comprovados na geografia econômica é que o poder da aglomeração permanece forte, ainda que os custos de transporte e comunicação continuem declinantes”.

Em Souza (2009) encontra-se uma abordagem do lugar teórico conferido a centros urbano-industriais na difusão espacial do crescimento econômico. Para o autor, isso é feito por teorias da economia regional defensoras da concepção de que “a região tem dentro de si as fontes de seu próprio crescimento. É o meio que cria as condições para a atração de capitais de outras áreas e isso se torna ainda mais importante em ‘tempos de globalização’” (SOUZA, 2009, p. 77). Assim, a teoria dos pólos de crescimento, a substituição regional de importações, os pólos de desenvolvimento e o desenvolvimento local endógeno seriam as principais vertentes dessa defesa.

A conhecida teoria dos pólos de crescimento de François Perroux é referência inevitável. A partir da noção do crescimento econômico espacialmente concentrado, fenômeno intrínseco ao capitalismo, chega-se a uma configuração das regi-

ões onde há uma fundamental “presença de empresas interdependentes, motrizes e polarizadas, no centro principal e em regiões vizinhas, interligadas por canais de fluxo eficientes, [favorecendo] a difusão de bens, pessoas, informações, fatores de produção e inovações tecnológicas” (SOUZA, 2009, p. 57). A indústria motriz é o elemento conceitual que incorpora a influência do pólo concentrador do crescimento sobre a sua área polarizada e consiste num tipo particular de atividade do centro urbano dinâmico. Essa indústria “tem o poder de disseminar o progresso técnico no espaço, gerar novas tecnologias, empregar mão-de-obra especializada e melhor remunerada, além de gerar produtos com maior valor agregado” (SOUZA, 2009, p.58).

A teoria do desenvolvimento desequilibrado de Hirschman (1960) é uma leitura alternativa, conforme Souza (2009), dessa visão de Perroux. A ênfase nos encadeamentos verticais e horizontais entre os setores industriais e a “capacidade do setor moderno” para mobilizar as “economias do resto da comunidade” via *capacidade completa do investimento* são pontos importantes na estratégia de crescimento regional que pode ser encontrada em Hirschman (1960).

Se a trajetória econômica de um território é determinada pelo tipo de atividade que ali se implanta e progride, é preciso selecionar, com critérios que tenham objetivo desenvolvimentista, os setores prioritários para uma determinada área. Nesse sentido, a substituição regional de importações teria a principal função de “maximizar a retenção dos efeitos de encadeamento na própria região, evitando a sua evasão através das importações inter-regionais” (SOUZA, 2009, p. 65). A seleção de setores com poder industrializante poderia nesse caso reduzir a força de efeitos negativos irradiados de outras regiões dinâmicas, que poderiam drenar recur-

sos produtivos. Assim, os esforços são centrados nas atividades-chave exportadoras ou de pequeno impacto sobre as importações regionais, que minimizam o estrangulamento externo. Para isso, a matriz de insumo-produto regional representa ferramenta importante no subsídio à tomada de decisão. Analogamente, Hirschman (1960) fala de maximizar efeitos fluentes dos setores modernos e de evitar vazões de renda. Nas palavras de Souza (2009, p. 65), “um região com sangria de recursos para outras áreas apresenta, na prática, déficits sistêmicos em sua balança comercial e esse desequilíbrio mantém o subdesenvolvimento”.

A idéia de pólo de desenvolvimento vai além da concepção de pólo de crescimento no que se refere à dimensão espacial e setorial das transformações orientadas pela indústria motriz. Reconhecendo a presença concomitante de efeitos fluentes e efeitos regressivos do centro urbano-industrial sobre a sua área de influência, volta-se aqui para o resultado líquido dessas duas forças. Se os efeitos propulsores são os costumeiramente enfatizados e consistem no poder de encadeamento a montante e a jusante, tem-se que:

os efeitos regressivos são a drenagem de recursos e valores de regiões periféricas pela região central. Suas indústrias motrizes concorrem no mercado de fatores, elevando seus preços [...]. A região central torna-se um pólo de desenvolvimento quando esse saldo for positivo para a região periférica. Esta última poderá entrar em um processo acumulativo de desenvolvimento (SOUZA, 2009, p. 70).

A teoria do desenvolvimento local endógeno, por sua vez, centra sua atenção em elementos conceituais como meios inovadores, regiões inteligentes e sistema regional de inovação. Nessa perspectiva, é a atuação dos atores locais que passa a ser a força mais relevante

na dinamização do ambiente regional interno e sua competitividade sistêmica.

Destaca-se, assim, o papel dos atores locais no desenvolvimento: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros. Esses atores têm como papel estimular as inovações, reduzir os custos de produção das empresas locais e estimular sua ação nos mercados (SOUZA, 2009, p. 77).

Em todas essas concepções teóricas, a hierarquia urbana joga com funções importantes, da articulação espacial à oferta de institucionalidades e equipamentos sociais que facilitem a ação dos agentes econômicos. É lugar comum, por exemplo, a defesa de que “a obtenção de crescimento menos polarizado passa pelo desenvolvimento da rede urbana, articulada aos centros principais por canais de transportes e de comunicação” (SOUZA, 2009, p. 75).

Quando se trata do Nordeste brasileiro, compreende-se a presença de elementos preocupantes em relação ao desenvolvimento territorial rural em face da frágil configuração urbana regional, das limitações na formação de uma rede urbana regional que possa com mais efetividade dinamizar as áreas ao seu entorno. Conforme Diniz (2002), o Brasil obteve na segunda metade do século XX, a partir do crescimento demográfico e da urbanização, a formação de uma malha urbana considerável. Todavia:

[...] no Nordeste, não se desenvolve uma rede de cidades de porte médio, prevalecendo a alta concentração em algumas capitais (Salvador, Recife, Fortaleza) e, secundariamente, nas demais capitais. Além de não se formar uma rede urbano-industrial e de serviços integrada, a grande concentração da população em poucas cidades agrava os problemas sociais de emprego e habitação (DINIZ, 2002, p. 251).

Essa é uma das razões que leva Cano (2002) a indicar os entraves que se estabelecem comprometendo o sucesso de políticas “localistas”. O autor destaca a complexidade do contexto nordestino a partir da observação de que o Nordeste tem aproximado sua renda média da média nacional numa aparente convergência que, em parte, é resultado do movimento migratório que desfavorece a região. Isso o leva a entender que o país necessita tratar a questão regional como parte de um plano de desenvolvimento da nação, uma vez que o parcelamento das políticas pela idéia de competitividade territorial, única e exclusivamente, é insuficiente para dar conta dos problemas brasileiros. Em suas palavras, é preciso “evitar o sentido de verdadeira panacéia que ora se pretende dar às chamadas políticas de desenvolvimento territorial” (CANO, 2002, p. 287).

Diante desses apontamentos, entende-se que o enfrentamento de problemas no desenvolvimento das regiões a partir de concepções teóricas que se voltam para as fontes internas de crescimento regional, como a própria estrutura urbano-industrial, é problemático quando se refere Nordeste. Embora não se possa aí ignorar o relevante papel que as centralidades urbanas pos-

sam assumir na dinamização territorial, é preciso atentar para as limitações das estratégias calcadas nessa relação.

Os Territórios Rurais no Ceará e no Pernambuco

Como um dos objetivos específicos tratados pela SDT é a apoiar a “dinamização e diversificação das economias territoriais, tendo por referências a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de empregos”, bem como “visando à geração de riquezas com equidade social” (SDT/MDA, 2005a, p.7), compreende-se a atenção especial que deve ser dada ao Nordeste. No interior da região, o estado nordestino que ocupa a primeira posição no *ranking* das Unidades da Federação do Nordeste com maior participação no número de pobres da região é a Bahia (ROCHA, 2003), Tabela 3, onde estão presentes 13 Territórios Rurais apoiados (SIT, 2010). Os estados de Pernambuco e Ceará representam a segunda e a terceira posição, respectivamente, no *ranking* da pobreza nordestina apresentado pela autora, sendo que há sete TR’s cearenses e oito pernambucanos.

Tabela 03: Participação no número de pobres no Nordeste, segundo estados – 1992 e 1999

Estados	1992	1999	Desvio (%)		1999-1992
	Part. (%)	<i>ranking</i>	Part. (%)	<i>Ranking</i>	
Maranhão	11,15	(4)	12,19	(4)	1,03
Piauí	6,73	(6)	6,27	(6)	-0,47
Ceará	15,98	(3)	16,08	(3)	0,10
Rio G. do Norte	5,39	(7)	4,70	(8)	-0,69
Paraíba	7,61	(5)	6,30	(5)	-1,31
Pernambuco	17,39	(2)	18,11	(2)	0,72
Alagoas	5,10	(8)	5,97	(7)	0,87
Sergipe	3,03	(9)	3,31	(9)	0,28
Bahia	27,46	(1)	27,11	(1)	-0,35
Nordeste	100,00		100,00		-

Fonte: Rocha (2003).

“
Por sua vez, o estado do Ceará manteve-se na segunda posição do ranking no intervalo temporal analisado, no qual se verifica elevação de 0,10% na sua participação ...”

Da Tabela 03, acima, algumas particularidades estaduais podem ser destacadas. Desde o ano de 1992 até 1999, horizonte de tempo visualizado, Pernambuco se manteve na segunda posição entre os estados nordestinos de maior participação na pobreza regional. Em termos estaduais, essa participação cresceu 0,72% no período, sendo esse crescimento inferior apenas aos que ocorreram nos estados do Maranhão (1,03%) e de Alagoas (0,87%). Os demais estados tiveram leves ampliações de participação (Sergipe e Ceará), bem abaixo do ocorrido com Pernambuco, Maranhão e Alagoas, ou reduziram seu percentual de pobres no total regional (Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí). Assim, o contexto pernambucano se destaca pela sua elevada participação na pobreza nordestina, bem como pela rigidez da mesma, que não apresenta redução alguma nos anos compreendidos acima (1992/99) e, pelo contrário, eleva-se. Por sua vez, o estado do Ceará manteve-se na segunda posição do ranking no intervalo temporal analisado, no qual se verifica elevação de 0,10% na sua participação regional.

As observações feitas acima permitem compreender a importância de uma política pública como o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais no Pernambuco e no Ceará. Não é ca-

sual que 113 dos 185, ou seja, 61,08%, dos municípios daquele primeiro estado estejam contemplados pelo programa e incluídos nos oito territórios rurais dentre os existentes no âmbito estadual. No Ceará são sete territórios participantes num total de 113 municípios, ou 61,41% dos 184 municípios do estado.

Os Territórios Rurais do MDA se restringem ao interior dos estados pela própria ação orientada para a dinamização de economias menos dinâmicas, portanto, mais distantes das áreas das regiões metropolitanas.

Um paralelo oportuno: o artigo de Lima e Lima (2008) se propõe a identificar, nos estados do Nordeste brasileiro, áreas que se mostrem economicamente dinâmicas. Para isso, os autores se apóiam metodologicamente em dados de 2000 a 2004 sobre a população, o emprego e o PIB das regiões. Aqui, ressaltam-se os resultados a que chegou esse estudo quanto aos estados de Pernambuco e Ceará, que são foco da presente pesquisa.

De acordo com os critérios utilizados por Lima; Lima (2008), Pernambuco apresenta como áreas dinâmicas, além da Região Metropolitana de Recife: a) o pólo de agricultura irrigada do São Francisco, com centro econômico em Petrolina; b) o sertão do Araripe, em torno do município de Araripina; e c) o agreste setentrional, em torno do município de Caruaru. Ao seu turno, no Ceará tem-se: a) o Sul, no entorno de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, apesar de a referida pesquisa apontar que em contraste com o crescimento populacional essa região tem um crescimento do PIB muito baixo; b) o Noroeste cearense, em torno de Sobral; e c) os arredores de Aracati.

Especificamente quanto a Pernambuco, os apontamentos feitos pela pesquisadora Maria de Nazareth B. Wanderley, nas suas investigações sobre a ruralidade, evidenciam a fragilidade da vivência urbana nos espaços geo-

gráficos do interior pernambucano. Em Wanderley (2009), a socióloga reflete sobre as implicações da urbanização do Estado ficar concentrada na Região Metropolitana de Recife sobre a vida dos pequenos municípios e indica que:

[...] apesar de significativa, a urbanização pernambucana parece frágil, ao não conseguir, a exemplo de outras regiões, disseminar em seu interior aglomerados urbanos de certo porte, que possam funcionar como pólos dinamizadores regionais. De fato, adotando o recorte assumido nesse trabalho, a rede propriamente urbana seria constituída por 46 cidades, das quais 28 com população entre 20.000 e 50.000 habitantes (WANDERLEY, 2009).

Diante dessas breves observações, no intuito de contextualizar a abordagem que segue, busca-se observar os Territórios Rurais pernambucanos e cearenses a partir do seguinte ângulo: a dimensão da centralidade urbana em cada grupo de municípios definido pelo MDA. Além disso, três passos foram considerados. Primeiro, trata-se de agrupar os municípios de acordo com o tamanho da população em cada TR, de modo a destacar aqueles com mais de 50 mil habitantes e os que possuam mais de 100 mil. Como o próprio critério de agrupamento dos municípios no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) passa por formar conjuntos onde a média populacional seja de 50 mil habitantes (SDT/MDA, 2005a), aquelas municipalidades acima desse número são neste trabalho definidas como a *centralidade urbana* do território. Em segundo lugar, como será posteriormente detalhado, a renda *per capita* de cada território foi apresentada na procura de verificar diferenças entre os patamares de renda entre as regiões de maior e de menor centralidade urbana. Para tanto, calculou-se a renda *per-capita* dessas áreas de duas formas distintas, uma incluindo o centro urbano e outra excluindo o mesmo, para aproximar-se de um

indicativo da influência desse centro sobre os municípios que se avizinham. Também, verificou-se esse nível de renda nos municípios com mais de 50 mil habitantes e naqueles com mais de 100 mil, separadamente. Por fim, em terceiro lugar, comparou-se, em cada estado, o nível de renda per capita do território de maior centro urbano com a renda per capita dos demais, tomando-se apenas o conjunto de municípios de menos de 50 mil habitantes, ou seja, o entorno, como maneira de observar diferenciais entre o poder de cada centro em elevar a renda em volta de si mesmo.

O caso dos TR's em Pernambuco

Conforme a Tabela 4, abaixo, a população dos centros urbanos dos Territórios Rurais pernambucanos totaliza mais de 1,2 milhão de pessoas, sendo 589 mil pertencentes a municípios de mais de 100 mil pessoas, embora sejam esses últimos apenas três: Caruaru, Petrolina e Garanhuns. São portanto apenas três TR's que contam com municípios desse porte: o Agreste Central, o Agreste Meridional e o Sertão do São Francisco. Nesses dois últimos, com exceção dos centros já referidos, não há municípios com mais de 50 mil habitantes. No Agreste Central, todavia, além de Caruaru, há mais três municípios que superam esse número, o que faz desse território o de maior centralidade urbana dos oito existentes, com um núcleo de dimensão considerável, seguido pelo Sertão do São Francisco. Ademais, observe-se que os TR's Mata Norte e o Sertão do Araripe possuem respectivamente, três e dois municípios de mais de 50 mil habitantes, chegando, nessa ordem, a 191 mil e 127 mil residentes, motivo pelo qual se destacam à frente do Agreste Meridional, cujo único centro urbano é Garanhuns. O Sertão do Pajeú e a Mata Sul contam respectivamente com Serra Talhada e Palmares, de mais de 50 mil habitantes. Somente o território de Itaparica não apresenta nenhum centro com alguma dessas características.

TABELA 04: População dos territórios rurais do CE e PE com municípios a cima de 50 e 100 mil habitantes - 2007.

Territórios/Municípios	> 50 mil habitantes	> 100 mil habitantes
	TOTAL	TOTAL
Agreste Central (11 municípios)	438.751	253.634
Bel Jardim	68.698	-
Bezerros	57.371	-
Caruaru	253.634	253.634
Santa Cruz do Capibaribe	59.048	-
Agreste Meridional (20 municípios)	117.749	117.749
Garanhuns	117.749	117.749
Itaparica (7 municípios)	-	-
-	-	-
Mata Norte (19 municípios)	191.894	-
Carpina	63.811	-
Goiana	71.177	-
Timbaúba	56.906	-
Mata Sul (19 municípios)	55.790	-
Palmares	55.790	-
Sertão do Araripe (10 municípios)	127.631	-
Araripina	70.898	-
Ouricuri	56.733	-
Sertão do Pajeú (20 municípios)	70.912	-
Serra Talhada	70.912	-
Sertão do São Francisco (07 municípios)	218.538	218.538
Petrolina	218.538	218.538
TOTAL	1.221.265	589.921

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretária do Desenvolvimento Territorial

Partindo da segmentação feita acima, a próxima tabela ressalta a renda *per capita* dos territórios. Continuando com a mesma definição de centro urbano, isto é, o grupo de municípios com mais de 50 mil habitantes, verifica-se que em todos os territórios, esses centros apresentam renda por pessoa superior à média do território e, conseqüentemente, mais superior ainda a renda média do território sem o seu devido centro urbano. É notório que o Agreste Central e o Sertão do São Francisco, os dois maiores em termos de núcleo urbano também sejam aqueles com maiores níveis de renda nos seus devidos centros e que fora do centro urbano também apresentem renda per capita maiores que os demais, com exceção para o fato de que o território de Itaparica supera o Sertão do São Francisco nesse quesito, sendo porém o único a fazê-lo. Em face de o maior município de Itaparica ser Petrolândia, com pouco mais de 27 mil habitantes, essa constatação destoa da regularidade das demais comparações.

Lima e Lima (2008) apontam que o Agreste Setentrional pernambucano, onde se encontra Caruaru, principal cidade do território que o MDA denomina como Agreste Central, "tem seu crescimento econômico e sua atração populacional explicados pelo crescimento do pólo têxtil/confecções na região. Nessa área, o maior município é Caruaru, entretanto, a indústria têxtil/confecções da região tem atuado em diversas outras cidades" (LIMA; LIMA, 2008, p. 16). Esses autores também comentam a dinâmica do município de Araripina, no Sertão do Araripe, enfatizando a extração e fabricação de gesso ali existente.

TABELA 05: Renda média *per capita* dos territórios rurais, com distinção dos municípios com mais de 50 e 100 mil habitantes - 2000.

	AGRESTE CENTRAL	AGRESTE MERIDIONAL	ITAPARICA	MATA NORTE	MATA SUL	SERTÃO DO ARARIPE	SERTÃO DOPAJEÚ	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
Sem o centro urbano	106,24	72,24	97,12	80,79	80,86	81,68	83,89	92,55
Com o centro urbano	126,81	77,02	97,12	93,78	83,68	87,31	86,04	108,07
Apenas > 50 mil hab.	162,81	167,83	-	136,12	134,47	109,84	126,98	201,23
Apenas > 100 mil hab.	209,76	167,83	-	-	-	-	-	201,23

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria do Desenvolvimento Territorial

A comparação da renda *per capita* no território de maior centralidade urbana, o Agreste Central, com os demais, é feita na Tabela 06. É evidenciado abaixo que o Agreste Central supera todos os outros grupos de municípios em relação à renda média nos conjuntos completos (1ª coluna) e no que respeita apenas aos entornos dos núcleos urbanos (última coluna). Perceba-se, quanto ao município de Itaparica, que esse é o menos superado pelo Agreste Central apesar da ausência de municípios de porte considerável no mesmo, o que instiga maior levantamento de informações a seu respeito, sua estrutura produtiva e suas relações econômicas.

Excetuando Itaparica da comparação, tem-se que o Sertão do São Francisco, de segundo maior centro urbano, é aquele mais próximo dos níveis de renda do Agreste Central, tanto na média territorial como nos municípios de menos de 50 mil habitantes. O fato de o Agreste Meridional ser o mais distante na comparação com o Agreste Central, apesar de ser dotado de um núcleo urbano maior do que a Mata Sul e do que o Sertão do Pajeú proporciona questionar em que medida se dá a influência do porte urbano e qual o papel de outros elementos como a estrutura produtiva, a distribuição de renda, a quantidade de núcleos urbanos, dentre outros. Quanto ao

número de núcleos, vê-se que a Mata Norte e o Sertão do Araripe, que possuem três e dois núcleos respectivamente, embora menores que 100 mil habitantes, ficam mais próximos das médias do Agreste Central do que acontece com o Agreste Meridional, que possui Garanhuns com mais de 100 habitantes sem, no entanto, ter outras cidades que sequer cheguem a 50 mil. Seria então, a partir de uma dada dimensão, o número de centros, mais importante do que o seu tamanho para a difusão do crescimento econômico pela área polarizada?

A defesa de que o centro urbano influencia na renda do restante da região parece explicar que o Agreste Central possa se sobrepor a quase todos os outros territórios mesmo comparando este sem o seu núcleo urbano com os demais territórios cada qual por completo, isto é, sem retirar suas centralidades urbanas, como se faz na terceira coluna da Tabela 06. Note-se que a renda média daquele território, nessas condições especificadas, fica abaixo apenas do que apresenta o Sertão do São Francisco, apesar de uma inferioridade de apenas 1,70%. Isso parece contrariar a indagação feita acima de que o número de centros possa mostrar-se mais influente do que o porte dos mesmos, visto que o Sertão do São Francisco possui toda a sua centralidade depositada sobre o município de Petrolina (mais

“ Assim, parece haver bases suficientes para que se compreenda a particular relação do Sertão do São Francisco... ”

de 213 mil hab.), mas sem possuir nenhum outro que atinja 50 mil pessoas. Aí, contudo, deve-se fazer referência a dois componentes fundamentais na relação: um, a forte dinâmica da estrutura produtiva de Petrolina, alvo histórico de políticas regionais e da ação de grandes grupos empresariais e detentora de forte base exportadora, e dois, a quase conurbação entre Petrolina e o município baiano de Juazeiro, separados apenas pelo Rio São Francisco, mas que, juntos, somam quase meio milhão de residentes. Fica ainda mais perceptível a dinâmica econômica no Sertão do São Francisco, irradiada principalmente pelo produto gerado em Petrolina, conforme frisado anteriormente, quando se compara a renda média *per capita* dos municípios do Agreste central com menos de cinquenta mil habitantes com a renda média *per capita* dos municípios com menos de cinquenta mil habitantes do Sertão do São Francisco (última coluna), com o primeiro, alcançando 14,79% de superioridade sobre o segundo, quando se tinha antes o Sertão do São Francisco, uma vez incluída Petrolina (coluna três), superior. Assim, parece haver bases suficientes para que se compreenda a particular relação do Sertão do São Francisco com os níveis de renda no território polarizado por Caruru, haja vista também a maior proximidade deste último e seus vizinhos com a Região Metropolitana de Recife, área de altos níveis de renda com a qual tende a manter maiores relações.

TABELA 06: Comparativo entre a renda média *per capita* do Agreste Central com a renda média *per capita* dos demais territórios pernambucanos - 2000.

TERRITÓRIOS	AGRESTE CENTRAL/ TERRITÓRIOS	Municípios do Agreste Central com menos de 50 mil habitantes/ TERRITÓRIOS	Municípios do Agreste Central com menos de 50 mil habitantes/ TERRITÓRIOS com municípios com menos de 50 mil habitantes
Agreste Meridional	64,65	37,94	47,07
Itaparica	30,57	9,39	9,39
Mata Norte	35,22	13,28	31,49
Mata Sul	51,55	26,96	31,39
Sertão do Araripe	45,25	21,68	30,07
Sertão do Pajeú	47,38	23,47	26,64
Sertão do São Francisco	17,34	-1,70	14,79

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria do Desenvolvimento Territorial

“
Embora em ambos haja apenas três municípios que superem os 100 mil habitantes, Caruaru e Petrolina, no Pernambuco, têm mais de 200 mil pessoas...”

O caso dos TR's no Ceará

Reunindo-se todos os territórios rurais cearenses, como é feito na Tabela 07, verifica-se que pouco mais de 938 mil habitantes dos mesmos estão nos seus centros urbanos, sendo mais de 50% destes residentes em municípios com mais de 100 mil habitantes, ou seja, em Juazeiro do Norte, Sobral ou Crato, os maiores núcleos nessa ordem. Isso faz do Território do Cariri o de maior centralidade urbana, congregando a primeira e a terceira cidade mais populosa que o dotam de uma centralidade urbana de mais de 316 mil pessoas. Em segundo lugar está o território de Sobral, com mais de 155 mil pessoas no município que lhe dá nome. Interessante observar que esses dois conjuntos de municípios (27 no primeiro e 17 no segundo) não possuem nenhum outro município que supere os 50 mil residentes. Depois do Cariri e de Sobral, são o Sertão Central, o Inhamuns-Crateús e os Sertões de Canindé os três territórios de maiores núcleos urbanos, cada um contando com duas municipalidades de mais de 50 mil habitantes. O sexto lugar é conferido ao Território do Vale do Curu e Aracatiçu, onde apenas Itapipoca supera os 50 mil habitantes, aproximando-se dos 100 mil. Assim como acontece com Itaparica em Pernambuco, o Ceará

tem o território de Baturité, com 13 municípios, mas onde o mais populoso não alcança os 30 mil habitantes. Assim, comparativamente aos territórios pernambucanos, o interior cearense parece mais desprovido de uma significativa estrutura urbana. São 13 municípios com mais de 50 mil habitantes en-

tre os pernambucanos e 10 no Ceará. Embora em ambos haja apenas três municípios que superem os 100 mil habitantes, Caruaru e Petrolina, no Pernambuco, têm mais de 200 mil pessoas, enquanto no contexto cearense, apenas Juazeiro do Norte o faz, enquanto Sobral e Crato têm 155 mil e 104 mil, respectivamente.

TABELA 07: População dos territórios rurais do CE com mais de cinquenta e cem mil habitantes - 2007.

Territórios/Municípios	Mais 50 mil habitantes	Mais 100 mil habitantes
	TOTAL	TOTAL
Baturité (13 municípios)	-	-
-	-	-
Cariri (27 municípios)	316.779	316.779
Crato	104.646	104.646
Juazeiro do Norte	212.133	212.133
Inhamuns Crateús (20 municípios)	122.846	-
Crateús	70.898	-
Tauá	51.948	-
Sertão Central (12 municípios)	128.889	-
Quixadá	69.654	-
Quixeramobim	59.235	-
Sertões de Canindé (06 municípios)	119.907	-
Boa Viagem	50.306	-
Canindé	69.601	-
Sobral (17 municípios)	155.276	155.276
Sobral	155.276	155.276
Vales do Curu e Aracatiçu (18 municípios)	94.369	-
Itapipoca	94.369	-
TOTAL	938.066	566.424

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

“
 É um dado a ser
 considerado aqui o
 fato de que a área de
 influência
 estabelecida para o
 centro urbano do
 Cariri congrega 25
 municípios, o que
 pode ajudar a explicar
 essa reduzida
 diferença, ainda que
 superior...”

No que se refere à renda *per capita* nesses territórios, observa uma regularidade com o que se percebeu anteriormente para o estado vizinho. Na Tabela 08, que segue, repara-se uma regularidade análoga ao que se viu nos territórios de Pernambuco, com aqueles de maiores centralidades apresentando também os maiores níveis de renda per capita. Note-se que Cariri supera todos os demais incluindo ou não seu centro urbano, apesar de que, quando este é retirado, sua renda per capita se aproxima muito da apresentada por territórios como o Sertão Central e Baturité. É um dado a ser considerado aqui o fato de que a área de influência estabelecida para o centro urbano do Cariri congrega 25 municípios, o que pode ajudar a explicar essa reduzida diferença, ainda que superior, em relação aos demais, apesar do grande diferencial do seu porte urbano.

As já apresentadas indagações sobre o que influencia mais, o número de centros urbanos ou o porte deles, parece de um inevitável retorno quando se observa na mesma tabela que territórios como o Sertão Central e Inhamuns-Crateús, que apresentam cada um dois municípios de mais de 50 mil habitantes,

mas nenhum com mais de 100 mil, possam ter renda *per capita* fora desses centros em patamares maiores do que aqueles apresentados em Sobral, que possui na sua centralidade urbana um município com mais de 100 mil habitantes mas nenhum outro que chegue sequer aos 50 mil.

Sobre as regiões do Cariri e de Sobral, Lima; Lima (2008), apontam que o crescimento populacional de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha parece mais relacionado a fatores históricos e culturais do que ao aspecto econômico em termos restritos, pois o observam baixo nível de crescimento do PIB naqueles municípios. “De fato, esse parece ser o caso, por se tratar de um pólo educacional que conta inclusive com a presença de cursos de nível superior e pelo “pólo” religioso em torno da figura do Padre Cícero” (LIMA; LIMA, 2008, p. 10). Não obstante essa afirmação, percebe-se que o

Cariri ainda guarda uma dinâmica econômica bastante distinta dos demais territórios. Quanto a Sobral, aqueles autores também destacam a presença de um baixo nível de expansão do PIB, ainda que substancialmente superiores ao Cariri. Na região de Sobral, colocam Lima; Lima (2008, p. 12): “os setores que mais cresceram foram a indústria de calçados e a indústria de alimentos e bebidas. Mesmo essas, entretanto, estão concentradas, em termos de empregos formais, em apenas duas cidades: Itapipoca e a própria Sobral”. Assim, tem-se essa concentração como uma das razões para que os níveis de renda per capita do seu entorno sejam inferiores ao que ocorre em outros territórios. Ademais, na ordenação territorial do MDA, com a qual se trabalha aqui, o município de Itapipoca integra o Vale do Curu e Aracatiçu e não o território de Sobral.

TABELA 08: Renda média *per capita* dos municípios dos territórios rurais do CE com mais de cinquenta e cem mil habitantes - 2000.

	BATURITÉ	CARIRI	INHAMUNS-CRATEÚS	SERTÃO CENTRAL	SERTÕES DE CANINDÉ	SOBRAL	CURU E ARACATIÇU
Sem o centro urbano	74,72	78,82	73,47	77,99	63,14	72,57	70,16
Com o centro urbano	-	84,65	75,09	80,57	68,74	77,21	70,88
Apenas > 50 mil Hab.	-	157,58	105,85	93,42	79,93	151,57	83,12
Apenas > 100 mil hab.	-	157,58				151,57	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

A tabela 09, a seguir, que compara os níveis de renda *per capita* no Cariri, que é o território de maior centralidade urbana com os demais, revela, comparativamente ao que se viu para o estado de Pernambuco, que no Ceará os diferenciais entre os territórios são bem menores. Quando se compara apenas os grupos de municípios fora do centro urbano (última coluna) compreende-se melhor essa afirmativa. O Agreste Central Pernambucano superava, nesse quesito, em 47,07% o Agreste Meridional (maior diferencial) e em 9,39% o território de Itaparica (menor diferença). Já o Cariri tem o máximo da diferença nessa variável em relação aos Sertões de Canindé (24,83%) e o mínimo em relação a Baturité (5,48%). Vale ressaltar também que ao contrário do que ocorria no caso pernambucano, aqui, o segundo maior território em centralidade urbana, Sobral, não é o que mais se aproxima do primeiro em termos de renda per capita, o Cariri.

TABELA 09: Comparativo da renda média *per capita* entre os territórios rurais do CE - 2000.

TERRITÓRIOS	CARIRI/ TERRITÓRIOS	Municípios do Cariri com menos de 50 mil habitantes/ TERRITÓRIOS	Municípios do Cariri com menos de 50 mil habitantes/ TERRITÓRIOS com municípios com menos de 50 mil habitantes
Baturité	13,29	5,48	5,48
Inhamuns Cratéus	12,74	4,97	11,30
Sertão Central	5,07	-2,17	1,06
Sertões de Canidé	23,16	14,67	24,83
Sobral	9,63	2,08	8,62
Vales do Curu e Aracatiagu	19,43	11,20	12,34

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria do Desenvolvimento Territorial.

Considerações finais

O tratamento do papel da centralidade urbana no desenvolvimento de territórios rurais pôde ser feito introdutoriamente neste artigo a partir da observação de algumas características concernente aos Territórios Rurais dos estados nordestinos de Pernambuco e Ceará. Pôde-se verificar, em ambos, que os territórios rurais com núcleos urbanos de maiores dimensões, em termos populacionais, também se destacam em termos de renda per capita em relação àqueles territórios com centralidades de menores portes. Inclusive, comparando-se entre os conjuntos de municípios, essa variável para as partes dos territórios compostas por aqueles municípios de menos de 50 mil habitantes, ou seja, a área de influência do centro urbano, há diferenças notáveis que tendem a privilegiar as municipalidades que se avizinhavam ou estão ligadas às maiores estruturas urbanas.

Há, todavia, muitas questões inconclusas quando da apreciação dos resultados atingidos. Não está claro se deve ser dada maior importância ao tamanho do centro ou à quantidade de centros urbanos existentes. Esse questionamento encontra sua razão de ser nas comparações entre territórios nos dois estados. Do mesmo modo, casos atípicos como os dos territórios de Itaparica no Pernambuco e Baturité no Ceará,

que mesmo sem contar com um único município de mais de 50 mil habitantes, proporcionam níveis de renda que destoam das relações verificadas com os territórios de maior urbanidade, exigem tratar de outras variáveis e buscar conhecer mais detalhadamente a estrutura produtiva dessas regiões.

Enfim, pontos como esses farão parte de desdobramentos posteriores do projeto de pesquisa que originou este artigo e que se debruça sobre a ruralidade de micro e mesorregiões dos estados nordestinos. Ainda pretende-se avançar (e espera-se que este trabalho proporcione esforços em tal sentido por parte de outros grupos de pesquisa), sobre a influência de processos de outras ordens no desenvolvimento territorial rural ligado à centralidade urbana. Além de ser importante questionar as próprias formas de agrupamento dos municípios, ou seja, os critérios e a intencionalidade da regionalização não a tomando como naturalizada, é preciso refletir e investigar itens como os diferenciais decorrentes de diferentes estruturas produtivas nos centros urbanos, a presença de bases exportadoras dinâmicas e o papel do governo e da sociedade civil assumido nos diferentes contextos, dentre outros elementos que se mostrem pertinentes. Além disso, métodos quantitativos mais aperfeiçoados para captar as rela-

ções espaciais entre variáveis serão oportunos, bem como abordagens longitudinais que possam verificar tendências temporais geradoras das dinâmicas observadas, aqui, em um corte transversal. Os dados secundários empregados, ademais, deverão ser atualizados, sobretudo no que diz respeito à renda *per capita*.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Para una teoria de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M; NIEMAN, G (Orgs.) **Desarrollo rural:** organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires. Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - ICCUS, 2006.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada.** Volume 4, nº 2, p. 379-397. abril/junho. 2000.
- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA. Rio de Janeiro – IPEA, 2000. Texto para discussão nº 702.
- ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, R. (org.). **Identities sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ANDRADE, I. A. L. de. O desenvolvimento sustentável entre o discurso e a prática. In: GOMES DA SILVA, A. et al. O município no século XXI. PROEX/UFRN: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: editora da Unicamp: 2007.
- BRANDÃO, C. A. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N.

A. (Orgs). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas SP: Alínea: 2007.

CANO, W. Questão regional e política econômica nacional. In: CASTRO, A. C. (org). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, 2002.

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, A. C. (org). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, 2002.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Ed. Fundo de Cultura S/A, 1960.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: 2000.

KAGEYAMA, A.; HOFMANN, R.. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**. Niterói – RJ, v. 1, n. 2, p. 147-183, jul/dez. 2000.

LIMA, H. S. R.; LIMA, J. P. R. Economia do Nordeste: mapeando novas áreas dinâmicas. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008.

MOREIRA, R. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP. Alínea. Uberlandia, MG. Edufu, 2008.

ROCHA, S. **Pobreza no Nordeste: a evolução nos últimos trinta anos (1970-1999)**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

SDT/MDA. **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília – DF, 2005.

SDT/MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília – DF, 2005.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: CASTRO, A. C. (org). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, 2002.

SIT. Sistema de Informações Territoriais. Disponível em: <http://>

sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s. Acesso em 5 de fevereiro de 2010.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C; LEMOS, M. B. **Economia e território**. Belo Horizonte. Editora UFMG: 2005.

VEIGA, J. E. da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**. 20 (57), p. 333-353. 2006.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Disponível em: <http://www.nead.org.br>. Acesso em 16 de fev. de 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 15 de outubro de 2000. pp. 87-145.



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

Área de concentração

- A Dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento